

CADERNINHOS PATRIANOVISTAS

# Monarquia x República

(II)

Mal dos Homens ou do Regimen?

O câmbio

em

dois regimens opostos

José de OLIVEIRA PINHO

Pátria - Nova

S. Paulo

## I — Mal dos homens ou do regimen?

E' preciso ter vivido nesta época — talvez a mais grave e sem dúvida a mais inquietante de nossa história — para compreender que certos episódios e aspectos da vida brasileira não podem ser examinados com palavras brandas. Porque a inépcia de alguns, a fraqueza de muitos, a ambição e desonestidade de outros tantos, estão levando o Brasil a uma encruzilhada perigosa. Só os cegos não vêem os riscos que se encontram á nossa frente, mas já bem próximos. Só os surdos não ouvem o rumor da tempestade que se avizinha.

GAL. ANÁPIO COMES

Nós, os patrianovistas, vimos sentindo isto desde sempre e, em nossos artigos em jornais (os nossos jornais, porque os republicanos não os aceitam...), revistas e folhetos, temos procurado alertar os homens honestos deste país, para a causa de tudo isto e, especialmente, para a única solução possível: a MONARQUIA. Porque, não adianta, como o fez o Gal. Anápio Gomes em seu livro *Radiografia do Brasil* e outros mais o fizeram por tantos meios, apontar os erros, os defeitos e as mazelas do regimen, se não se aponta o que mais importa: a CAUSA e a SOLUÇÃO.

Não adianta mudar o que aí está, por outra cousa igual ou semelhante — como foi feito até agora, desde 89 —. O que se fez, em resumo, tem sido apenas mudar os homens — que são o **acidente** — sem se mudar a **essência**, isto é, a **causa** que é o **regimen**. O regimen, sim, deve ser mudado, porque é a **causa eficiente** de toda essa balbúrdia, de toda essa bambochata, de toda essa miséria moral que aí está.

O regimen, a República, está levando o Brasil á destruição!

Eis por que voltamos hoje novamente à carga, comparando os dois regimens segundo os quais o Brasil tem vivido desde 1822. Mostrando o resultado das administrações financeiras tanto do IMPÉRIO como da República, temos certeza, estaremos mostrando qual dos dois regimens é o melhor para o Brasil; qual dos dois regimens o engrandeceu e qual o levou à "rua da amargura". Isto porque o estado das finanças de uma nação é, em qualquer tempo, o espelho fiel da administração da coisa pública.

Examinaremos hoje o câmbio, que é o metro pelo qual se mede o valor das moedas de todas as nações do mundo, em relação à moeda brasileira. Assim, quando se diz que o câmbio do Brasil estava a 27 e 3/4, em 15 de novembro de 1889, quer dizer que o 1.000 réis (equivalente ao cruzeiro atual) valia 27 e 3/4 de pence, da libra esterlina. Trocando em miudos: **uma libra esterlina custava, em moeda brasileira, 8\$888 réis (oito mil e oitocentos e oitenta e oito réis), isto é, Cr\$ 8,88, oito cruzeiros e oitenta e oito centavos e um dólar custava 1\$830 réis (mil e oitocentos e trinta réis), ou Cr\$ 1,83 — um cruzeiro e oitenta e três centavos.**

Comparem-se estes valores, com os valores atuais. Será necessário fazermos algum comentário?

Passemos, então, à história:

## CONFRONTO QUE ARRASA

### 1.º — Finanças Imperiais

Como do estudo anterior (*Monarquia* n.º 14 — Maio/Junho de 1957), dividiremos as duas fases — Imperial e republicana — que são absolutamente iguais (67 anos — 1822/1889 e 1889/1956), em períodos de 10 anos, não só para maior comodidade de apreciação, como para que os caríssimos leitores possam melhor comparar os dois estudos.

Começemos, portanto, pelo primeiro, que vai de 1822 a 1831 e corresponde exatamente àquele período político conturbado por mil questões liberalescas e que se estende da separação de Portugal à abdicação de Pedro I. Período de transição e de adaptação, durante o qual se procurava dar forma a um novo Estado. O câmbio, cuja paridade, vinda do Brasil Reino, era de 67 e 1/2 pences por mil réis, se manteve na média de 38 11/16. Começara, na alvorada do IMPÉRIO, com 49, terminando em 1831, a 25. Era o preço que o país pagava, pela violentação do seu estado natural: transformava-se de PROVÍNCIA do IMPÉRIO português, em nação soberana.

De 1832 a 1841, tivemos "9 anos de república no Império brasileiro", como bem nos ensinou o nosso eminente Chefe Geral, Dr. Arlindo Veiga dos Santos. F. T. de Sousa Reis, em síntese magistral, à página 61 de seu livro *A dívida do Brasil — 1917*, nos dá uma idéia do que foi este período: "O regimen deficitário desse período da vida nacional, encontra justificação nas **dissensões partidárias, nas lutas intestinas** e na fase plena da nossa organização social (sic). A crise política que se iniciou no 1.º Império minou o caminho onde ensaiava os seus passos o Império de Pedro II, trazendo à administração a **desordem financeira**, corolário lógico de um **partidarismo exagerado**, "de tal modo **A MÁ POLÍTICA e AS FINANÇAS DESORGANIZADAS, se entrelaçam na invariável relação de CAUSA e EFEITO**". (Este último trecho, citando a Antônio Carlos — Os grifos são nossos). Prosseguindo, diz na nota 3, da pág. 68: "No 1.º Império, o câmbio caiu em média de 50 e 3/4 d. a 22 13/61 d. acentuando-se a baixa a partir de 1828, e, na Regência, após a lei de 1933 que deu ao ouro o valor oficial de 43 e 1/5 d. por 1\$000, esta baixa prosseguiu atingindo a taxa média de 31 em 1840".

Comentando esta quebra do padrão de 67 e 1/2 d., para 43 e 1/5, levada a efeito pela Regência (*república regencial*, não se esqueçam...) em 1833, diz Carlos Inglês de Sousa a pág. 13 de seu livro *A Solução da Crise Econômica Brasileira — 1925*: "A quebra de 1833, traduz simplesmente um ato de desvario da mentalidade financeira dessa época. A oitava de ouro em pó, em barras ou amoedado, valia no mercado de 3\$600 a 3\$800. Não obstante, a lei lhe decreta a importância de 2\$500!!".

Era o mau regimen a produzir a má finança!

Compare-se este episódio, com o que acontece agora. Não se verão nêle os "políticos" atuais agindo em 1833, ou vice e versa? Não se prova aqui que os homens são sempre os mesmos, mudando apenas os regimens que os deixam ou não praticar más ações?

De 1832 a 1841, dizíamos, o câmbio variou a uma taxa média de 36 37/64, sendo a de 1832 — 35 e 1/8 e a de 1841 — 26 13/16.

De 1842 a 1851, já agora em pleno **regimen monárquico**, com D. Pedro II à testa do governo (**um menino de 14 anos**) inaugura-se o regime de austeridade na administração da coisa pública. A prova disto nós a vamos encontrar na oscilação do câmbio que inicia o período à taxa de 26 13/16, em 1842 e termina, em 1851, com a de 29 1/8, dando a média, para o decênio, de 26 11/16.

Houve, é verdade, neste período, nova quebra do padrão da moeda, quebra esta forçada pelos erros financeiros da Regência, que deu ao ouro um valor fictício, bem abaixo do seu valor no mercado. Carlos Inglês de Sousa, ainda à página 13 do livro citado, nos esclarece: "Reconhecido

o erro, emendou-se a mão, estabelecendo em 1846 o valor de 4\$000 por oitava". E, prosseguindo: "Custando o ouro na praça e por meio de cambiais de 3\$600 a 3\$800 a oitava, e, sendo recebido na cunhagem a 4\$000, êle invadiu o país. A isto se seguiu venturosa época de prosperidade até 1852..."

Era a boa política IMPERIAL (regimen Imperial, não se esqueçam) a produzir a boa finança. Embora houvesse quebrado o padrão, de 43 1/5, para 27 — padrão êste que o IMPÉRIO conservou durante 43 anos —, nos anos de 1850 e 51 esteve acima do par, eis que, nestes anos, as taxas médias foram de 28 e 3/4 e 29 e 1/8, respectivamente.

De 1852 a 1861, o ainda menino D. Pedro II, imprime, por força do regimen — e não, exclusivamente dêle próprio, eis que não era nem maior, nem melhor do que um Duque de Caxias, ou um Feijó, ou qualquer um dos regentes que DESGOVERNARAM republicaneamente o Brasil, de 1831 a 40 — uma administração vigorosa às finanças da nação. Apesar de voltar "... o Tesouro a derramar papel moeda na circulação, atendendo à procura de numerário que o desenvolvimento econômico anterior tinha provocado" (refere-se ao período 1840/51 — início do regimen monárquico de Pedro II — Carlos Inglês de Sousa — obra citada, pág. 14 — grifos nossos), o câmbio se mantém acima do par, nos anos de 52, 53, 54, 55 e 56. O mesmo autor, no livro *Restauração da Moeda no Brasil*, à pág. 83, afirma enfaticamente: "A partir de 1846, que foi quando se procedeu à última quebra do padrão monetário (no Império, já se vê), com excepção dos exercícios de 1860, 1861 e 1862, o câmbio galgou o par e foi acima dêste TODOS OS ANOS". (Grifos nossos).

Tivemos, assim, a seguinte oscilação cambial, neste período. 1852, taxa média 27 7/16. 1861, 25 9/16. Média do período, 26 26/32.

Cumpra notar, ainda, que neste dois períodos do segundo reinado, atuaram como forças poderosas no sentido da queda do câmbio — e isto ocorreria em qualquer nação organizada do mundo, em idênticas circunstâncias —, os seguintes acontecimentos da maior gravidade: A partir de 1842, as revoltas liberal maçônicas de S. Paulo e Minas. A guerra dos farrapos, no Rio Grande do Sul, que se arrastou de 1835 a 1845. A revolução Praieira, de Pernambuco, também de fundo liberal-maçônico. A Guerra contra Oribe e Rosas e, por último, a Campanha contra Aguirre.

De 1862 a 1871 tivemos, para completar aquelas desgraças, mais a Guerra com o Paraguai. Até ao seu começo (novembro de 1864) o câmbio se mantém absolutamente firme, pois "... a taxa cambial sobe além de 27 d. ... em 1862-1863 ... o que significa que era o papel moeda que gozava de âgio ou prêmio e que para ter-se 100\$000 dêsse papel era preciso pagar mais de 100\$000 em ouro" (vide Dr. Vieira Souto — *A Situação Econômica* — 1901 — pág. 23). (Grifos nossos).

E, ainda, o Dr. Vieira Souto quem nos diz, à pág. 26, da obra citada: "... de Janeiro a Agosto de 1864, o câmbio conserva-se superior ao par; a crise de Setembro dêsse ano e a guerra do Paraguai, que também no fim dêsse ano começara, deram extraordinário aumento à circulação de curso forçado, de 1864 a 1870. Realmente, sendo de ... 81.721.000\$ o meio circulante em 1863, em 1870 estava a quantidade de papel moeda elevada a 192.526.000\$ e a taxa de câmbio descia ao mínimo de 14 dinheiros (notem bem êste MÍNIMO. Foi a menor taxa de câmbio atingida durante o IMPÉRIO. Isto, em virtude da Guerra) em Fevereiro de 1868. Pois bem, terminada a guerra, o câmbio ELEVOU-SE à média de 23 15/16 d. em 1871 (logo no ano seguinte, notem bem) subindo até ultrapassar o par em Março de 1873; (Comparem a eficiência administrativa do regimen IMPERIAL, com a desordem do regimen republicano) e a quantidade de papel moeda que no citado período da guerra se reconhecera unanimemente ser excessiva, para logo tornou-se insuficiente à vista do desenvolvimento adquirido pela lavoura e indústria e do alargamento das transações, desde que findara a luta com o Paraguai". (Parêntesis e grifos nossos).

Era a boa administração financeira propiciada pelo bom regimen Monárquico a enriquecer o país, apesar da guerra. Como foi conseguido êste "milagre" financeiro? Carlos Inglês de Sousa no-lo relata à pág. 44 do seu livro *A Solução da Crise Econômica Brasileira*, já citado: "Vimos que em 1846 quebrou o Brasil o seu padrão monetário pela última vez (no Império, façam o favor de notar ...), estabelecendo a lei que o alterou, o valor de 4\$000 a oitava de ouro. Desde logo, êste metal não affluiu para o país em razão de faltar, como complemento àquela lei, o regulamento da cunhagem de moedas, de acôrdo com a nova quebra decretada no valor convencional do ouro. Vindo, porém, o complemento pela lei de 1849, o ambicionado metal, que valia no mercado em cambiais da exportação, de 3\$400 a 3\$600 a oitava, isto é, acima do par legal, passou a ser importado em larga escala. Só a Casa da Moeda cunhara mais de 35.000 contos de ouro e 5.000 de prata (façam o favor de comparar estas moedas com as que trazem no bolso, de muitíssimo bom alumínio...), afora o que circulava em pó e em barras e que era recebido como numerário.

No exercício de 1862 a 1863, depois de ter caído outra vez, em virtude de emissões inconvertíveis, aconteceu que, alteando-se novamente o câmbio acima de 27 pence, já agora por causa de um outro recolhimento de papel moeda, beneficiou-se o Brasil de nova afluência de ouro, movida por fenómeno idêntico ao de 1849". (Continuam os grifos e os parêntesis a ser nossos).

Neste período, o câmbio que estava em 26 5/16, em 1862, baixa para 24 1/32, em 1871, dando a média, no período, de 23 25/64 (com

guerra e tudo, caros leitores, com guerra e tudo!!!). Esteve acima do par em 1863 (27 1/4) atingindo a mínima em 1868 (14), aumentando daí, gradativamente: 18 13/16, em 1869; 22 1/16, em 1870 e 24 1/32, em 1871.

De 1872 a 1881, continuou o governo a sanear a moeda, recolhendo o excesso de papel moeda em circulação. Em consequência, o câmbio que em 1874 havia atingido a menor taxa deste período (24 e 3/4), passa em 1875 a 28 e 3/8, muito acima do par. Esta política que fazia diminuir a caixa dos bancos, levou-os a lançar grandes protestos; porém, o esclarecido Ministro das Finanças, o Visconde do Rio Branco, a manteve por largos anos, até ao fim do seu mandato, embora tenha solicitado ao Parlamento, em 1875, providências legislativas, para a sua modificação. Com a sua saída do governo, entretanto, voltaram as emissões, com a consequente queda do câmbio a 19 e 1/8, em 1880. Justifica estas emissões, F. T. de Sousa Reis, no livro já citado, pág. 117, quando diz: "Há ainda a lembrar uma calamidade, que foi a seca de 1878, desolando vasta região do norte e consumindo para mais de sete dezenas de mil contos". (Sabem qual foi a emissão de papel moeda neste período? Pouco mais de 23.000 contos — Anuário Estatístico do Brasil — 1956 — pág. 515).

A variação do câmbio, neste período, foi a seguinte: 25, em 1872; 21 29/32, em 1881, dando a média anual de 24 7/32.

De 1882 a 1889, desenvolve-se o período áureo do Império. "O dinheiro foi abundante e fácil, sendo regulares as taxas do desconto; o câmbio melhorou quasi sem interrupção, subindo além do par; os fundos públicos mantiveram posição relativamente firme; títulos comerciais e industriais negociavam-se sem dificuldades, etc. (Retrospecto Commercial do "Jornal do Comércio" de 1888, citado por F. T. de Sousa Reis, obra citada, pág. 140).

Nem mesmo a queda do café de 1882, que desceu a 4\$ a arroba, depois de estar a 7\$ e a 8\$ nos anos anteriores, produziu crise financeira no país (compare-se com a situação atual...). Nem mesmo a libertação dos escravos em 1888, a produziu. E, isto, "... porque ao lado da instituição do trabalho livre os governos (criados pelo regimen Monárquico, não se esqueçam) se mostraram na altura da situação criada... daí porque "... a confiança nasceu e prosperou, o país se impôs no estrangeiro, nas praças financeiras seu crédito se firmou, sua riqueza se expandiu em marcha rápida e a TAXA CAMBIAL expoente máximo de tudo isto, expressão bem sincera e verdadeira das situações económicas, tendeu célere para o par". (F. T. de Sousa Reis — idem, pág. 141 — grifos e parêntesis nossos).

Aqui cabe uma digressão, a propósito da libertação dos escravos. O partido republicano, contrariamente ao que a propaganda republicana tem propalado, não foi inteiramente favorável a ela. Segundo o mesmo F. T. de Sousa Reis, citando o manifesto republicano de 1873, (livro citado, à pág. 134): "Uma medida de tão alto alcance — derrocando instituição, nefasta embora, mas que se firmara em um inadmissível direito de escravizar e encontrava mesmo no seio do mais democrático (sic) partido político do país — O REPUBLICANO — a declaração de haver direitos adquiridos e a necessidade de CONCILIAR a propriedade de facto com o princípio da liberdade". Era, já naquela época distante, o clássico e malandro malabarismo republicano. Eram e não eram favoráveis, pois queriam "ajeitar as cousas", conciliando a liberdade com a escravidão; queriam conciliar a liberdade com a propriedade dos escravos pelos seus senhores; conciliavam, como se isto fosse possível, a liberdade dos escravos com os direitos adquiridos pelos seus senhores através da sua propriedade. Acendiam uma vela a Deus e outra ao Diabo... Refinados mandros!

Voltando ao assunto principal, diremos que as notas de papel moeda valiam mais naquela altura do que as moedas de ouro, de valor facial correspondente.

"Na verdade, (diz F. T. de Sousa Reis, pág. 145) o Ministro da Fazenda no gabinete de 10 de Março (1888) quando a taxa cambial se alçou temporariamente acima de 27 d. viu-se na contingência de mandar que tivesse curso obrigatório nas repartições públicas, A LIBRA ESTERLINA, facto que demonstra o grau de valorização do papel moeda".

Chamo a atenção para este facto deveras importantíssimo: Em 1888, ninguém queria aceitar a libra esterlina em troca do nosso papel moeda! O papel moeda brasileiro valia mais do que a libra esterlina em ouro! Era preciso que o governo viesse e obrigasse, compulsoriamente, a sua aceitação pelas repartições públicas! Hoje estamos quasi que na mesma situação... SÓ QUE ÀS AVESSAS!!! E' por isso que nós, os patrio-vistas, contumamos dizer com o Dr. VEIGA DOS SANTOS:

Viva a Ré Pública... NOS QUINTOS DOS INFERNOS!!!

Para finalizar este relato sucinto, do curso do câmbio durante o IMPÉRIO (façam o favor de não se esquecerem: regimen Imperial), darei a seguir o curso médio do câmbio, no período 1882/1889. Começou em 1882, com 21 5/32, terminando a 26 7/16, em 1889, dando a média anual de 21 7/8, devendo notar-se que, em 89, ao ser proclamada a "desgraça nacional" que se convencionou chamar de Ré Pública dos "Estados" Desunidos do Brasil, o câmbio havia atingido a taxa de 27 e 3/4, estando, portanto, ACIMA DO PAR.

## 2.º — Finanças Republicanas

dizer da República (regimen republicano, não se esqueçam):

Veremos, agora, o que, com referência a este assunto, se poderá  
fazer em 1890, DESCE o câmbio a 22 9/16 (média)

" 1891	"	"	14 29/32	"
" 1892	"	"	12 1/32	"
" 1893	"	"	11 19/32	"
" 1894	"	"	10 3/32	"
" 1895	"	"	9 15/16	"
" 1896	"	"	9 1/16	"
" 1897	"	"	7 23/32	"
" 1898	"	"	7 3/16	"
" 1899	"	"	7 7/16	"

Média do período: 11 7/32. EM DEZ ANOS, CAIRA A UM  
QUARTO DO SEU VALOR, a partir de 15 DE NOVEMBRO DE 1889.

HAVIA COMEÇADO A BAGUNÇA REPUBLICANA!!!...

Querem ver o que aconteceu em matéria financeira, por exemplo, em 1898? Diz-nos o Dr. Vieira Souto, obra citada, pág. 15: "A situação financeira, porém, era péssima, principalmente em consequência dos sucessivos déficits orçamentários. Prevendo a impossibilidade de pagarmos durante algum tempo os juros da dívida externa (notem que, nesta altura, nem MESMO os juros da dívida externa já pagávamos...) o governo celebrou em 15 de Junho desse ano o acôrdo do *funding loan* "pelo qual ficaria adiada por longo prazo a amortização dos títulos daquela dívida e, por três anos, o pagamento dos respectivos juros" (grifos e parêntesis, nossos).

Por este acôrdo, o governo brasileiro se comprometera a recolher o papel moeda correspondente ao valor não pago da dívida, a depositá-lo em bancos estrangeiros, ou a remetê-lo em ouro para a Inglaterra, se o câmbio fosse favorável (Prestígio do Brasil?! Andava de rastros. Começavam as humilhações...). Porém, como o governo achasse que esta medida empobreceria a caixa dos bancos, preferiu ceder ao Banco do Brasil ouro, ou melhor, libras esterlinas. Aconteceu, porém, que "o Banco não podendo pagar nesta espécie, procurou vender o ouro e os institutos de crédito estrangeiros, percebendo a situação, elevaram logo a taxa cambial e compraram por menos o que o Banco da República adquirira por mais. (idem)

Faremos aqui uma perguntazinha, que a inteligência esclarecida dos leitores nos ajudará a responder: Estes bancos estrangeiros não eram

os mesmos que existiam no tempo do Império? Eram, sem dúvida. Como se explica que durante o Império (REGIMEN Imperial) eles não nos ROUBAVAM e passaram a fazê-lo, na República (REGIMEN republicano)? A resposta só pode ser uma: o REGIMEN Imperial não permitia roubos; o REGIMEN republicano, sim!

Isto se repetiu em Julho, com novo assalto dos bancos estrangeiros ao ouro entregue pelo governo ao Banco do Brasil.

"Pela terceira vez (diz o mesmo autor, à pág. 17) voltou a administração ao governo, mas, então, pedindo o auxílio em papel, para evitar a repetição dos prejuízos que sofrera com as anteriores transformações da moeda esterlina em dinheiro nacional. O governo insistiu em só emprestar ouro; o Banco, em só aceitar papel, e, não podendo este último vencer a resistência do primeiro, a administração resolveu retirar-se, nomeando-se um director da confiança do Tesouro. Divulgado o facto, o Banco sofreu uma corrida: em poucas horas os seus parcos recursos foram esgotados e o novo director ordenou que os cheques fossem visados a 60 dias. Ora, quando uma instituição de crédito inopinadamente começa a visar cheques, pagáveis ao portador e à vista, adiado o pagamento por dois meses, isto equivale a uma bancarrota".

Era a degradingolada económico-financeira da nação. "A alta de preços das mercadorias e serviços trouxe o encarecimento geral da existência; cada indivíduo passou a necessitar para as suas despesas pessoais e de sua família o dôbro ou o triplo do valor, exigindo o acréscimo correspondente do capital de movimento: os governos da Nação, dos estados e dos municípios viram-se obrigados a elevar extraordinariamente os vencimentos dos funcionários públicos... em maior escala cresceram os impostos federais, estaduais e municipais" (idem, pág. 27/8). E, a emissão de papel moeda para atender a esta bagunça tipicamente republicana, foi "afoutamente lançada à circulação e loucamente aplicada a fins improdutos e fantásticos" (idem), levando o câmbio ao desmoronamento que expusemos linhas atrás.

Era o caos que se havia instalado, com a Ré Pública, no Brasil.

De 1900 a 1909, durante os governos Campos Sales e Afonso Pena, tenta-se a melhoria do câmbio, porém a poder de fartos empréstimos externos. A dívida em moeda estrangeira eleva-se de Libras 41.008.576 a Libras 86.847.000. As apólices da dívida interna são cotadas com descontos de 20 e 30%. Já longe ia o tempo em que os títulos de conto de réis eram cotados a 1.060\$ e 1.100\$... Sacrificando as gerações futuras com empréstimos que, mais tarde, não poderiam ser pagos, conseguiram, aquêles governos, melhorar a taxa do câmbio que sobe, em 1900 a 9 e 1/2 e, em 1909, a 15 5/32, com a média no decênio de 13 15/32. Este aumento das taxas cambiais representava, ainda assim,

em confronto com o Império de 89, uma desvalorização equivalente a metade do seu valor, naquela época.

De 1910 a 1919, pioram as cousas. Com a morte de Afonso Pena, o novo governo (a eterna e arrasadora **descontinuidade republicana**...) imbuído da idéia fantástica de elevar o câmbio a 27, fôsse a que preço fôsse, força a alta extemporânea "à custa de onerosos sacrifícios do Tesouro e do fundo de garantia criado em Londres pelo plano Murtinho".

A intervenção oficial no mercado cambial chegou ao cúmulo de manter por ordem governamental, embora com restrições, a taxa de 18 e 1/4, por intermédio do Banco do Brasil, enquanto os demais bancos só sacavam a 16 e 3/4 pence.

O que aconteceu foi que, pouco a pouco, se foram exaurindo os recursos do Banco do Brasil e do Erário, **tragados suave e manhosamente pelos institutos estrangeiros** (continuava a pilhagem iniciada em 15 de novembro de 89) até que, com a vinda do Ministro Francisco Sales, repôs este a situação no seu verdadeiro expoente, mandando afixar a taxa de câmbio a 16 e 1/4 pence (A Solução... idem, pág. 51).

As altas taxas do câmbio, entretanto, continuavam a ser o producto da estabilidade cambial imposta pela Caixa de Amortização que chegou, para isso, a ter, em depósito, 27.000.000 de libras.

A partir de 1913, com o estouro da guerra balcânica e com a proximidade da européia de 14, os **bancos estrangeiros** receberam ordem de remeter ouro às suas matrizes. Para isso, começaram "caçando as notas representativas de ouro, trocando-as pelo papel moeda e, senhores delas, iam retirando, licitamente (melhor seria dizer **juridicamente**), da Caixa, com o câmbio em declínio, quantias do vulto de Libras 500.000 e mais, para, em curto lapso de tempo, reduzirem os estoques da mesma a pouco mais de Libras 9.000.000. E estes continuariam a ser drenados para o Exterior se a isto se não opusesse o obstáculo do fechamento da referida Caixa, decretada pelo governo, em Agosto de 1914" (idem, pág. 53).

Como se vê, verdadeira política de porta arrombada. Depois do roubo, "trancas nas portas"... Assim se foram para o Estrangeiro, ..... 18.000.000 de libras, que haviam sido destinadas a manter o preço da nossa moeda.

Com essa política suicida, mantém-se o câmbio na média anual de 15 7/16, principiando em 1910 com 16 15/64 e terminando, em 1919, com 14 17/32.

De 1920 a 1929, novo desabamento. Novas emissões a jacto, levam o câmbio à "rua da amargura". Em 1920 o papel moeda em circulação era da ordem de 1.828.968\$; o câmbio se encontrava a 14 15/32. Em 1921 passa a circulação para 2.049.454\$ e o câmbio a acompanha, em sentido contrário: desce a 8 9/32.

Subindo a circulação em 22, a 2.233.104\$ e, em 23, a 2.572.742\$, cai o câmbio a 7 5/32 e 5 3/8, respectivamente. Como consequência inevitável (disto) já em 1923, a vida encarecia em média 212%.

Coisa, porém, verdadeiramente sensacional revelou-se no poder aquisitivo do papel moeda, se este for comparado, quanto ao câmbio médio de 16 5/64 em 1912 e o de 5 pence, em 1923.

Feito o necessário cálculo, no primeiro ano, cada habitante do Brasil tinha 147\$814, e no segundo apenas 77\$961, uma vez que a libra esterlina custava 14\$950 em 1912 e passava a custar 48\$000 em 1923". (Idem, pág. 33).

### SEMELHANÇA TOTAL COM A ATUALIDADE. E' A HISTÓRIA REPUBLICANA SEMPRE A REPETIR-SE! ..

Para encurtar a história, principia o período com a taxa de 14 37/64 e termina com a de 5 117/128, em 1929, dando a média, para o período, de 7 35/128.

Estávamos às vésperas da revolução de 30, que nos presentearia com a 2.<sup>a</sup> Ré pública. De nada adiantaria, porém, a mudança já que "continuará tudo como dantes, no quartel de Abrantes", o que, trocado em miudos, quer dizer: CADA VEZ PIOR (até que a nova MONARQUIA seja instaurada, para pôr a casa em ordem...)

De 1930 a 1939, continua o câmbio rolando montanha abaixo: 1930, 5 59/128; 1939, 2 25/32. Média do período: 4 23/32.

De 1940 a 1949, média 3 15/128, começando com 3 13/64, em 40 e terminando em 3 14/32, em 49.

De 1950 a 1956, temos o período começando com 4 37/64 e terminando com 3 35/128, dando a média de 4 27/256.

Hoje, temos a libra esterlina custando Cr\$ 346,50, o que nos dá a taxa fantásticamente baixa de 0, 22/32. E' DE ESTARRECER! Em menos de 70 anos o regime da "ordem e progresso" reduziu o dinheiro brasileiro a 0 (zero)! Leia bem: a **ZERO!** E' o fim...

## II — Concluindo

Muito mais teríamos que dizer, a respeito do câmbio, nesta maldada Ré Pública. As duas quebras do padrão: em 1926 (decreto 5.108 de 18 de dezembro) para 6 pence, embora não tenha vigorado; a de 1938, que criou o cruzeiro igual ao mil réis, para 1,5 pence. O monopólio do câmbio, ou câmbio dirigido, que nos levou diretamente ao **câmbio negro** dos dólares e outras moedas fortes, etc., etc., etc. Seria um "nunca acabar" de horrores a serem relatados, mas que, infelizmente, o pequeno espaço de que dispomos no nosso jornal, não comportaria. De

qualquer forma, porém, o que aqui relatamos, mostra, como se fôra uma radiografia, o funcionamento da administração económico-financeira dos dois regimens: MONARQUIA e Ré Pública. Vê-se que a MONARQUIA administrou pensando no bem público; e que a Ré Pública só pensou na politicalinha, ou *politicanalha* como queiram, *inspirada* pelos interesses escusos dos partidos políticos, *determinada* pelos conluios eleiçoeiros partidocráticos e *resolvida* nas escuras catacumbas das lojas maçónicas, rasteiramente obedientes aos grandes orientes estrangeiros, interessados na desgraça e destruição do Brasil.

Deus, porém, nos deu um país maravilhoso. Apesar da destruição que vem sofrendo desde 15 de novembro de 89, ainda se conserva de pé. Não há necessidade dos remédios que os tolos e os safados lhe recomendam. Apenas a *mudança* do seu RÉGIMEN de vida. Nada de panacéias. Mudemos o Brasil do porão fétido, escuro e imundo da Ré Pública e INSTAUREMO-LO na casa nova, bela, e ensolarada da MONARQUIA ORGÂNICA, superior à dos Pedros I e II, para vermos o doente Brasil, novamente lépido e saudável, dirigido aos seus *grandes destinos* por uma administração IMPERIAL, fecunda, honesta e patriótica.

O sofrimento desta grande Nação já se torna insustentável. Deus, em sua infinita misericórdia, brevemente lhe dará paradeiro. REZEMOS.

**José de OLIVEIRA PINHO**



da Fazenda da república Rui Barbosa seguiu esse exemplo (referia-se à pluralidade emissora — sistema macaqueado, com tudo mais o foi, dos E.U.A.) e estipulou más condições de garantia para a estabilidade da moeda nacional, parecendo mesmo que o fez propositadamente, a fim de arrastá-la à desordem em que a deixou". E, confirmando a sua dúvida, cita as próprias palavras do "grande" Rui, em discurso que proferiu no Senado da Ré, em 3 de novembro de 1891: "O homem a quem coube a MISSÃO (notem bem: A MISSÃO) de desmontar o plano político das finanças da monarquia, não poderia esperar misericórdia do monarquismo revivescente".

E, quem era esse homem a quem coube — através de conciliábulos secretos maçônico-positivistas — a missão de DESMONTAR O PLANO POLÍTICO DAS FINANÇAS DA MONARQUIA? Nada mais, nada menos, como perceberam, que o "grande", que o "imenso", o "iluminado", primeiro Ministro da Fazenda da Ré: Rui Barbosa. E esse plano político das finanças da monarquia, prossegue Sousa Amarel: "... Rui Barbosa destruiu com mão de mestre, anarquizando por muitos e dilatados anos as finanças e o regime monetário nacionais. Embora tivesse administrado apenas 14 meses Rui Barbosa emitiu papel-moeda no ritmo de 50% do valor da circulação encontrada, ritmo muitíssimo mais inflacionário que o de qualquer ano da guerra do Paraguai, que atingiu a 35%, ou da segunda grande guerra mundial, que atingiu a 33% sobre o valor do meio circulante na última data do ano precedente". (Todos os grifos das citações que fizemos, são nossos).

Será preciso acrescentar mais, para se convencer a qualquer cristão de que a MONARQUIA é o regimen nacional do Brasil, o único capaz de fazer a felicidade de seu povo?

x x x

O plano de desmonte, de destruição, do grande, do imenso IMPÉRIO BRASILEIRO, foi executado. Hoje nada mais somos do que uma miserável nação pobre e sub-desenvolvida. O grande Brasil dos tempos imperiais, está de rastros. O plano de positivismo-maçônico, foi executado. Estamos no fundo do poço, sem possibilidade de descer mais. O que acontecerá, agora?

x x x

Pedro II, em seu túmulo, aguarda, triste, a "JUSTIÇA DE DEUS, na voz da história".

Espraio os meus olhos pelo infinito e penso: a JUSTIÇA DE DEUS tarda, mas NUNCA FALHA!

O crime cometido foi muito grande. DEUS fará Justiça, não tenham dúvidas!

— 2 —

CADERNINHOS PATRIANOVISTAS

# Monarquia x República

Mal dos Homens ou do Regimen?

A inflação  
em  
dois regimens opostos

José de OLIVEIRA PINHO

Pátria - Nova  
S. Paulo

## I — Mal dos homens ou do regimen ?

Acabemos de uma vez com essa bobagem, essa estultícia, essa crassa ignorância política, de se afirmar que o mal é dos homens e não do regimen. O regimen é que não presta, não os homens, como o acabou de demonstrar o nosso eminente Chefe Geral Dr. Arlindo Veiga dos Santos, em sua recente conferência, no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, intitulada "Nove anos de república, no Império brasileiro". Mestre emérito de ciência histórica, ilustre professor da Faculdade de Filosofia de São Bento, na análise que fez do período regencial, deu-nos a definitiva lição sobre o assunto. Já no número 11 de MONARQUIA, nos havia ensinado: "E qual foi a solução última a que chegaram aquelles brasileiros (referindo-se àquelles homens em torno dos quais girava a política brasileira no fim da regência) ao depois de tudo tentarem para resolver "dentro do quadro regencial", isto é, electivo, democrático, republicano, o grave problema nacional? Recorreram ao Imperador-Menino, pois não se tratava de questão de homens, visto como grandes homens individualmente eram todos aquelles atlantes hercúleos procedentes do Estado do Brasil (Vice-Reino), do Reino Unido de Dom João VI, da Regência pedrina e do 1.º Império. Tratava-se de REGIMEN, pois os homens eram individualmente insignes e cada um e qualquer d'elles maior do que a CRIANÇA Dom Pedro II. Só não tinham o prestígio dinástico. Mas isso ERA e E' tudo!".

Foram, as regências, autêntico período de governo republicano, com todas as características atuais d'esse regimen... "Indisciplina... tanto nos partidos como nos quartéis... excessos de demagogia partidária... golpes estratégicos dos demagogos..." (citações de Max Fleiuss), etc., etc. Bastou, entretanto, a declaração da maioridade, o elevar-se ao poder um menino-REI de 15 anos, para acabar, como por encanto, a bagunça republicana, que ameaçava da "destruição o nascente Império brasileiro". Daí para diante, foram 50 anos de ordem política (em que pese o liberalismo mazorqueiro que ficou, por obra do constitucionalismo iluminista maçónico) e de boa administração do país. Dirão os ignorantes que Pedro II foi um homem excepcional. Pobres diabos que não sabem o que dizem. Pedro II teria sido, na república, tão mau presidente como qualquer um dos 17 que tivemos, para nos DES-governar, em 67 anos de república. Em idêntico período tivemos, no Império, dois REIS, que o engrandeceram, elevando-o no conceito das nações civilizadas. Éramos, em 15 de novembro de 1889, uma grande potência, um país rico e que prosperava: somos, hoje, um país ridiculamente subdesenvolvido...

x x x

Meditemos um pouco sobre o assunto. Por que será que no Império (regimen imperial) os homens governavam bem o Brasil e na república (regimen republicano), os mesmos homens, não o souberam governar? Dirão que no Império os homens

- 2 -

eram dignos, honrados, tinham carácter e, na república, tivemos a desgraça de ver surgir uma doença nova, sui generis — cuja medicina os republicanos, ignorantes ou safados que são, desconhecem — a tal de "crise de carácter", que a qual dita cuja doença acabou com a honradez, a dignidade, o carácter do homem brasileiro, daí os maus governos que temos tido... Mas, caríssimos Amigos, os homens que primeiro governaram (o certo será dizer DESGOVERNARAM) a república (não se esqueçam: regimen republicano), eram homens vindos do Império e — dedução lógica — homens de carácter, já que, no Império, essa estranha doença não existia (a tal crise de carácter). Tinham carácter, portanto, os republicanos históricos. Ou, será que não tinham?! Admitida esta negativa, já que produziram péssimos governos, ficamos esmagados sob o impacto da dedução — no caso, também, mais do que lógica — que a república foi proclamada e continuada pela escória dos homens do Império, pela pior canalha que — teremos que crer — vivia escondida naqueles tempos de homens honrados, dignos e de carácter.

Não foi bem isso o que aconteceu. Nem todos os homens que proclamaram a Ré, eram homens faltos de carácter. ALGUNS eram inocentes úteis. Portanto, podemos concluir que não foram os homens que perdaram o carácter, como estultamente se diz por aí: foi o Brasil que perdeu o seu regimen natural de governo, a sua ordem Tradicional, para cair na república, regimen mazorqueiro, de desonestos e ladrões.

x x x

## II — Confronto que arrasa.

### 1.º FINANÇAS IMPERIAIS

E' clássica a afirmação de que a boa política — e esta, não se esqueçam é consequência do regimen que a propicia — produz a boa finança. A recíproca é mais do que verdadeira e pode ser provada — e o faremos sobejamente — analisando a história monetária do Brasil.

Se a estudarmos através das estatísticas que nos são fornecidas pelo IBGE (órgão do governo republicano, portanto, insuspeitas), a partir de 1822 até hoje (no caso até 1955 já que essas estatísticas, como boas estatísticas republicanas, não poderiam deixar de chegar atrasadas...), veremos, através delas, dois quadros que nos provam, com riqueza de detalhes, que o mal que nos afflige é do regimen e não dos homens. Chamo particularmente a atenção dos leitores para o facto de que o período que ambos atingem é rigorosamente da mesma extensão, isto é, 67 anos. No período imperial esse quadro é grandioso financeira e, por consequência, administrativamente falando. Já o quadro que nos mostra o reverso da medalha, isto é, o período republicano, é desolador: não tudo é desastre financeiro e, portanto, desordem administrativa.

Assim, na primeira década imperial, de 1822 a 1831 — período conturbado por revoluções, discórdias, intrigas políticas liberalescas, que provocaram a abdição do grande imperador D. Pedro I — houve uma emissão de papel-moeda, da ordem de 12% (doze por cento) ao ano, em média.

- 3 -

A partir de 1832 e até 1841, durante o período regencial — o qual, como vimos, se caracterizou por um estado de bagunça republicano-liberal — apesar das tremendas lutas políticas que produziram o ato adicional de 1834, a revolução farroupilha de 1835, etc., a emissão de papel-moeda girou em torno da média anual, de 10% (dez por cento).

De 1842 e até 1851, com o Imperador no poder — regimen monárquico (apesar do liberalismo) em pleno funcionamento — a boa política começa a governar a nação e, muito embora continuasse a revolução farroupilha — que não pouco dinheiro deve ter consumido — e estourasse a paulista-mineira de 1842 (ambas da fundo liberal-maçônico) e como contrapêso a guerra contra Rosas e Oribe, apesar de tudo isto, as emissões de papel-moeda caem, violentamente, para uma média anual de 1,8% (um vírgula oito por cento).

Pagou a década seguinte as conseqüências do que aconteceu na anterior. Assim, de 1852 a 1861, eleva-se o meio circulante, em média, de 7% (sete por cento) ao ano.

Já de 1862 a 1871, com a guerra do Paraguai pesando violentamente no orçamento de despesas da Nação, guerra esta que se estende de 1864 a 1870, eleva-se a porcentagem da emissão de papel-moeda ao nível de pouco mais de 13% (treze por cento) ao ano.

De 1872 a 1875 saneia o governo a moeda, recolhendo os excessos emitidos por força da guerra. Só a partir desta data volta a emitir, terminando esta década com a média da ordem de 1% (Um por cento) ao ano.

Segue-se o período áureo do Império, que vai de 1882 a 1889, com a abolição da escravatura em 1888. Neste período não se emitiu — tendo, ao contrário, sido recolhido o excesso de moeda que existia em circulação — excepto em 1886, para o ano seguinte se recolher essa emissão e a pequena emissão de 1889 (5.723 contos de reis) já que, ao final da década, o meio circulante havia sido reduzido na porcentagem média anual de 0,06% (zero vírgula zero seis por cento, ou seis centésimos por cento).

Eis, em matéria de emissão de papel-moeda, o que vale dizer em matéria de administração pública, a história do Império do Brasil. Foram 67 anos (apesar dos 9 anos de mau governo regencial-republicano) em que as finanças públicas foram excelentemente administradas, graças ao regimen bom segundo o qual o Brasil era governado, malgrado os percalços por que passou a nação nesse período.

O que aconteceu, depois, na república, em idêntico período de 67 anos, isto é, de 1889 a 1956? E' o que veremos, a seguir:

## 2.º FINANÇAS REPUBLICANAS

Logo no primeiro ano, isto é, em 1890, a circulação foi aumentada — graças ao "maravilhoso" regimen da DES-ordem e do RE-gresso — de 41% (QUARENTA E UM POR CENTO), em relação ao total de 1889. Quase 50% (cinquenta por cento) e, isto, em um ano APENAS da "sábia" e "pratiótica" administração repu-

blicana (não se esqueçam: regimen republicano). O "grande" o "extra-ORDINÁRIO" regimen republicano, em um ano apenas, EMITIU MAIS DO QUE O IMPÉRIO NOS ÚLTIMOS VINTE E UM ANOS DE SUA EXISTÊNCIA, isto é, de 1868 a 1889, eis que, em 1890, foram emitidos 86.719 contos de réis, contra 86.325 emitidos naquele período imperial (Vide Anuário Estatístico do Brasil — 1956 — págs. 515-516).

Pensarão os caros leitores que isto se deu, para bem do povo e felicidade geral da nação; para o bem daquele povo que assistira, no dizer do republicano histórico Aristides Lobo, "estupidificado" à proclamação da Ré. Engano, desgraçado engano. Esta avalanche de dinheiro emitido pela ré-pública se destinou, COMO AGORA, às grandes farras financeiras dos aumentos dos afilhados, daqueles homens cuja doença da falta de caráter lhes destruiu o dito mas que eram e que são os GRANDES ELEITORES dos perdulários que estão por cima a fazer que governem a nação, governando, isto sim, a própria fazenda, o próprio bolso. Eduardo Prado, em seu livro *Fastos de Dictadura Militar no Brasil*, à página 28 e seguintes nos conta a história da estranha doença que atacou os homens do Brasil: O REGIMEN DE IRRESPONSABILIDADE, o regima republicano. Diz-nos ele: "O militar que por sua própria deliberação tomou o lugar de chefe do governo marcou a si mesmo um ordenado superior ao de todos os presidentes da Republica do mundo, excepto o da Republica Francaza. O presidente da Republica Francaza recebe 240 contos; o sr. Deodoro, 120 contos (e seria preciso fazer a conta do que recebem todos os membros de sua numerosa familia, toda ella muito bem empregada e largamente remunerada pela Dictadura)". Não é preciso dizer-se que o mesmo succedeu com todos os membros do "governo", desde os "iluminados" e "magnificos" cidadãos Ministros, até aos "cumpinchazinhos" de undécima categoria que tinham servido, ou que se serviam do "milho" emitido e distribuido a mancheias, para consolidação do regimen da "liberdade" que havia sido implantado na véspera... Alguém pediu contas desta farras financeira dos perdulários republicanos, ou, melhor ainda, alguém foi punido por esse crime de desvalorização da moeda que vinha solidissima do Império? Ninguém foi punido porque o regimen republicano é o regimen da desordem e da impunidade. Neste regimen maldito ninguém é punido, excepto o ladrão de galinhas que rouba para comer... E, depois, ainda têm a coragem, ou a ignorância de dizer que o mal é dos homens e não do regimen. Por que D. Pedro II não cometa esses crimes? Porque sabia que seria punido, se o fizesse e, assim, os seus auxiliares do governo. O regimen honesto por se impunha honestidade aos que o serviam. Estes homens não eram nem piores nem melhores do que os que os seguiram, nos governos republicanos. Tinham simplesmente a consciência de que se roubassem, ou se administrassem mal a fazenda pública, seriam implacavelmente punidos. Na república, todos os homens adoeceram da estranha doença da corrupção e da desonra, porque o regimen de governo em que atuam, façam eles o que fizerem, não os punirá, porque é um regimen sem força, uma casa da mãe Joana, onde "todos mandam e ninguém obedece..."

Essa tremenda avalanche de dinheiro lançada em circulação em 1890 não foi a única, pois continuaram nos anos subsequentes. Em 1891 foram emitidas mais

50% (CINQUENTA POR CENTO) em relação ao volume de papel-moeda em circulação no ano anterior, inclusive a emissão já lançada em circulação naquele ano. Foram mais 150.724 contos, isto é, valor superior ao que foi emitido pelo Império, nos últimos 35 anos de sua existência, (1854/1889) quando foram emitidos 148.787 contos de réis. Neste período de DOIS ANOS (1889/1891) — passem, senhores! — emitiu a república mais do que o Império em SESENTA E SETE ANOS, ou seja 237.443 contos, contra 201.840 contos do regimen Imperial.

Para ter boas finanças o Império economizava. Administrava honestamente os dinheiros públicos e, quem dava o máximo exemplo, era o próprio Pedro II que mandava pôr meias solas em sapatos e remendos nos fundilhos de suas surradas calças (Vide documentação histórica no arquivo do Museu Imperial). Que exemplo dava a república, através dos seus dirigentes máximos logo ao ser proclamada: oferecendo 5.000 contos ao Imperador destronado que os recusa, dizendo-lhes que o dinheiro não lhes pertencia e sim ao povo brasileiro que não lhes havia dado ordem para dá-lo? E, mais tarde, com Quintino Bocayuva indo dar um pedaço do Brasil à Argentina — o território das Missões — em meio a uma farrá de alto coturno? Eduardo Prado, à página 125 do livro já citado, nos conta esta história: ... "No Rio de Janeiro o ministro democrata mandava fazer grandes obras a bordo do encouraçado Riachuelo, para acomodar a sua família, os seus genros, amigos, reporters, que no meio de grande fausto o deviam acompanhar a Buenos Aires, formando-lhe um séquito régio, não pelo brilhantismo das personagens, mas pelas grandes somas que ao tesouro brasileiro custou esta embaixada..."

Deixemos, porém, esses negros factos e continuemos: Em 1892, emitiu a república mais 18% (dezoito por cento), em relação ao total de 1891, isto é, 75.471 contos.

Em 1893, mais 20% (vinte por cento), ou 107.936 contos.

Em 1894, mais 13% (treze por cento), ou, ainda, 80.498 contos.

O resto do decênio se passa com alternativas de aumentos e pequenas diminuições, terminando, porém, com um volume de dinheiro em circulação superior ao de 1894. Neste período — 1890/1899 — a emissão foi da ordem de 250% (duzentos e cinquenta por cento) em seu total, dando uma média anual de 25% (vinte e cinco por cento).

No decênio seguinte, 1890/1909, a média de aumento da moeda em circulação baixou para 1,6% (um vírgula e seis décimos por cento) ao ano. Note-se, entretanto, que esta baixa percentagem nada significa em relação às baixas percentagens do Império, já que o volume de dinheiro, sobre o qual eram calculadas, era muito menor. Assim, neste período, esta percentagem de 1,6% corresponde a 11.991 contos por ano, ao passo que, por exemplo, a média de 1,8% (um vírgula oito décimos por cento), do período imperial de 1842/1851, correspondeu a uma emissão anual de 750 contos, ou seja, QUINZE VÊZES E MEIA MENOS. Note-se, ainda, que na altura de 1909 — 20 anos após a queda da Monarquia — o dinheiro em circulação no Brasil já atingia o volume de 833.732 contos, isto é, QUATRO VÊZES MAIS do que o volume de dinheiro existente em circulação em 15 de novembro de 1889, que era de 211.011 contos de réis.

E, assim, foi a moeda brasileira perdendo o seu valor inflacionando-se, de degradingolada em degradingolada, até aos dias de hoje. De 1910 a 1919, o aumento médio anual foi de 10,5% (dez vírgula cinco décimos por cento), isto é, aumentou de 894.659 contos (mais do dobro do que existia em 1909).

De 1920 a 1929, 9,4% (nove vírgula quatro décimos por cento) ao ano, ou um total de 1.645.579 contos, ou quase o dobro do que existia em 1919.

De 1930 a 1939, 4,6% (quatro vírgula seis décimos por cento) ao ano, ou um total de 1.576.579 contos, pouco menos do que o aumento verificado no decênio anterior.

De 1940 a 1949, nova avalanche de dinheiro é posta em circulação. Média anual de 39% (TRINTA E NOVE POR CENTO), ou um total de 19.074.101 contos de réis. (Note-se que continuamos a falar em contos de réis, para maior facilidade de apreciação e comparação com os valores do Império, sabendo-se que cada conto de réis corresponde a mil cruzeiros de hoje).

No período seguinte — este de 6 anos — de 1950 a 1955, o aumento médio anual foi de 31% (TRINTA E UM POR CENTO), ou um total de 45.294.883, ou quase DUAS VÊZES o volume de dinheiro em circulação em 1949. Isto em, apenas, seis anos!

Aqui paramos, já que as estatísticas que estamos consultando, do IBGE, não vão além, embora saibamos que a emissão continuou a subir vertiginosamente tanto que, no ano passado, foram emitidos cerca de 11.500.000 contos de réis.

X X X

Dir-se-á, para desculpar EM PARTE este descalabro financeiro em que a república nos lançou, que o volume de dinheiro em circulação teria forçosamente que crescer, pois a população também crescera de forma agigantada. Diremos que sim, mas acentuaremos que, per capita, a circulação de dinheiro em 15 de novembro de 1889 era da ordem de 15 mil réis (ou seja 15 cruzeiros) ao passo que hoje (1955) é de 1.186 (um conto e cento e oitenta e seis mil réis), isto é, mil, cento e oitenta e seis cruzeiros. (Anuário Estatístico do Brasil, *idem*). Tinha o Brasil, naquela data, uma população de 13.932.000 habitantes e um volume de dinheiro em circulação, de 211.011 contos. Hoje (1955) temos uma população de 58.456.000 habitantes e dinheiro em circulação da ordem de 69.339.910 contos. Para que a nossa moeda atual — levando em conta apenas o volume da população — se igualasse à do Império, deveríamos ter, apenas, 16.669.869 contos. Temos, portanto, QUATRO VÊZES E MEIA mais do que seria lícito, naquela relação.

## Concluindo

A prova de que o regimen republicano não presta e não os homens é que este regimen foi implantado de encomenda para destruir o que de grande o Império tinha feito. Prova disto nos dá José Bonifácio de Sousa Amaral, em seu bellissimo artigo O Drama Monetário do Brasil (*in* Digesto Económico, n.º 125, Set.º/Out.º de 1955 — págs. 83/88), onde escreveu: "Como primeiro Ministro

CADERNINHOS PATRIANOVISTAS

**I. AQUI ESTAMOS PARA A REDENÇÃO**

José de OLIVEIRA PINHO

**II. SALVAÇÃO DO BRASIL**

Nuno CABRAL

**III. DESAFIO À CORAGEM E  
GENEROSIDADE DOS BRASILEIROS**

PÁTRIA-NOVA

Pátria-Nova

S. Paulo

1 9 6 0

## AQUI ESTAMOS PARA A REDENÇÃO !

Em magnífica síntese, o nosso caro Chefe Geral Dr. Arlindo VEIGA DOS SANTOS, no número passado de MONARQUIA, deu-nos esta nitida fotografia da vida económico-financeira através da qual, o regimen, está destruindo a Nação:

"...o regimen, em regra predatório e ladrão, só olha para os "seus", para obras materiais, demagógicas, "de aparência"; desperdiça, desvia, inflaciona, empobrece a Nação... e vive, ademais de tudo e apesar de tudo e de todos os roubos, mendigando internacionalmente o que DEIXA sair do país pelas mãos dos gatunos internacionais que "trazem" capitais que nos... descapitalizam no "retorno" das migalhinhas deles e das TONELADAS nossas".

Difícilmente em matéria de descrição de qualquer cousa ou situação, se poderá dizer tudo em tão poucas palavras. Como, porém, há muito botocudo por esse "país das maravilhas" que tem a sua pobre inteligência bitolada pela "imprensa sadia" republicana, interessada na continuidade do regimen de demagógos e aproveitadores, obediente às determinações do seus orientadores e financiadores internacionais, passo à citação de alguns factos que — por serem reais — provam e comprovam aquelas afirmações iniciais.

X X X

Volha máxima republicana é dizer-se que o Brasil é um país sem capitais. Sempre me neguei a aceitar este axioma derrotista, antes sempre o julguei espalhado subrepticamente pelas forças internacionais interessadas em nos ver eternamente a reboque dos seus interesses maisões e anti-brasileiros, impossibilitados de nos lançarmos, assim, à conquista, por nossos próprios recursos, de nossa independência económica. Vejamos, portanto, se há razão no que digo, ou se "eles" é que estão com a razão:

Quando Ministro da Fazenda o falecido Sr. Correia e Castro (no quinquênio do Sr. Gal. Dutra) projectou-se a instalação de refinarias de petróleo no Brasil. A grita foi enorme. Entrou a "imprensa sadia" em campanha de alto estilo a combater a ideia, porque "não tínhamos capitais, para tamanha aventura". Os PRATO-IOTAS nacionais (isto é, os patriotas do prato e da colher, das comilanças, das "marmeladas", das roubalheiras...) puseram-se em campo, em côro com a tal imprensa, a repetir que éramos um país pobre; que o governo não deveria atender à pressão dos nacionalistas que não passavam de quintas-colunas urssistas (embora, posteriormente, estes quintas-colunas se tonham, realmente, infiltrado entre os nacionalistas autênticos); que se deveria deixar a coisa para a iniciativa privada (sinónimo de capital estrangeiro...) etc. Que aconteceu, então? O honrado Sr. Gal. Dutra (em certas ocasiões não adianta ser-se APENAS honrado...), premido por essa atoarda — e, quem sabe lá por que outras causas — autorizou a construção, ao lado das da PETROBRÁS, de duas refinarias particulares "nacionais", isto é, dirigidas por TESTAS DE FERRO "nacionais": a de Manguinhos, no Distrito Federal, e a de Capuava, na capital paulistana, aquela através de uma concessão apresentada ao filho do próprio Ministro da Fazenda Sr. Correia e Castro, AMBAS FINANCIADAS pelo Banco do Brasil.

Ora, se o Banco do Brasil (quer dizer: o Governo, a Nação, o Estado...) não tinha dinheiro para construir as suas próprias refinarias, como se explica que o tenha tido para financiar as particulares? Se éramos um país sem capital — e no dizer dos tólos e dos safados que continuam a existir no país, continuamos a ser — não poderíamos ter financiado a construção de refinarias particulares. Entretanto nós, não só financiámos as particulares, como construímos as refinarias de Manguinhos e de Cubatão, ambas do Estado, isto é, da PETROBRÁS, com dinheiro EXCLUSIVAMENTE NOSSO. Portanto, NÃO HOUVE FALTA DE CAPITAL NACIONAL, para aquêles empreendimentos. Havia; houve e ainda há, apenas, FALTA DE VERGONHA e FALTA DE REGIMEN que bem governe este país. Na Ré pública, entretanto — por isso não se deve extranhar esta falta — as faltas são o seu apanágio mais qualificado. Falta-lhe tudo; arroz, feijão, carne e por isso mesmo, mais caracteristicamente, vergonha...

X X X

Passados alguns anos, eis que surge no "país das maravilhas" mais um presidente — já tivemos uma enxurrada d'elles, em 70 anos de RÉ... — que, na ânsia de fazer alguma coisa de útil à nação, imagina uma série de metas, com elas pretendendo fazer o Brasil avançar 50 anos em apenas 5. Realmente, quasi o consegue. MAS, A QUE PREÇO? Vejamos ma's alguns factos que nos dão a medida exata desse preço.

A empresa Volkswagen do Brasil construiu e está construindo (note-se que cito esta empresa ao acaso: poderia citar todas as outras, com histórias absolutamente idênticas...) uma grande fábrica de automóveis, na via Anchieta, a meio caminho entre Santos e São Paulo. Esta fábrica custou centenas e centenas de milhões de cruzeiros. Pois bem; somente uma entrada de 1.000 carros que o governo a autorizou a importar recentemente, lhe deu um lucro nunca inferior a 100.000.000 (Cem milhões) de cruzeiros, pois ditos carros lhe ficaram em aproximadamente 300 mil cruzeiros cada um e foram entregues a seus revendedores a, aproximadamente, 400. Com este lucro extra (pois que já estava obrigada a construir os tais carros no Brasil) e com aquêles anteriores auferidos com outras importações de carros efetuadas durante vários anos, a Volkswagen do Brasil construiu a "sua" fábrica de graça, isto é, pagou-lha o povo brasileiro, através dos preços exorbitantes que é obrigado a pagar por ditos automóveis se os quiser possuir para o seu trabalho, ou para o seu conforto.

Portanto, os brasileiros têm dinheiro. Não precisam do dinheiro estrangeiro para construir as suas fábricas. Precisam, APENAS, da ajuda de governos que sejam EXCLUSIVAMENTE brasileiros e que não se deixem embair pelas balélas que são espalhadas pela "imprensa sadia", para fazer crer a ignorantes nacionais que somos, realmente, um país sem capitais.

Dirão os safados, a esta altura, que me "pegaram no pulo", pois que escondi o facto principal da questão: a maquinaria precisou ser importada e paga com dólares e, sentenciarão ex cathedra: **NÓS NÃO TEMOS DÓLARES!**

Pobres diabos. Não sabem o que dizem; ou, melhor, sabem, mas escondem a verdade ao povo, enganando-o criminosamente. Os dólares existiram e continuam a existir e são comprados pelos interessados, no mercado livre, quando não através de concessões "especiais" de câmbio, dadas pelo governo. Por isso pagamos caro pelos materiais aqui produzidos por esse tipo de indústria.

Essas indústrias têm que transferir para os seus países de origem os seus lucros e o preço das suas licenças de fabricação. Desde que tenham grandes lucros (realizados através dos altos preços por que pagamos os seus produtos), poderão pagar, sem nenhum risco, os altos preços do dólar no mercado livre, transferindo para as suas matrizes os dólares que acham razoável receber como remuneração do "seu" capital (que, como vimos, não foi nenhum...) e das licenças que concederam para fabricação dos produtos de sua marca. Fizeram, portanto, ALTÍSSIMO negócio. Têm as suas fábricas construídas e apresentadas pelos "macacos" brasileiros e recebem um número de dólares — como dividendos e como licenças — que não receberiam, de forma nenhuma, se os produtos não fossem aqui fabricados, mas importados, simplesmente, de suas fábricas no estrangeiro.

Não foi atôa que o falecido Presidente Getúlio Vargas já dissera e, agora, o Sr. Gal. Teixeira Lott repete (A Gazeta — 26/11/59) que, de 1939 a 1952, em "... quase três lustros, as empresas estrangeiras remeteram para o exterior lucros confessados no valor de 800 milhões de dólares. VALE DIZER QUE O BRASIL SE DESCAPITALIZOU, a uma taxa média de 55 milhões de dólares por ano. Com 800 milhões de dólares realizaríamos todas as compras externas para a plena execução das metas governamentais nas indústrias de base". (grifos nossos).

Mas, aduzirão, ainda, os safados botocudos: e o "know how"? Nós não temos o "know how"! (Desculpem-me este "latido" que foi ensinada a certos "brasileiros" sem imaginação e sem cultura, pelos seus capatazes anglo-saxões). Querem com isto dizer que não temos os conhecimentos técnicos necessários para instalar e fazer funcionar estes grandes parques industriais; que, por isso, temos de lhes pagar as licenças, para fabricar os seus produtos, já que não temos capacidade para produzir aqui cousas nossas. Outra balela. Outra mentira cinica e deslavada. Capacidade técnica não nos falta. E, a prova disso, nós a temos, entre outros exemplos espalhados por esse imenso Brasil, nos magníficos pioneiros ROMI, de Santa Bárbara d'Oeste, pequena cidade do interior de São Paulo, que, sózinhos e sem nenhuma ajuda estrangeira, inventaram e produziram e de resto até EXPORTAM PARA OS PRÓPRIOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE e ALEMANHA, tornos mecânicos leves e pesados, com melhoramentos de sua invenção, com patentes internacionais que registraram, cobrando, ainda, eles os ROMI, o tal de "know how" daqueles que, com orgulho tolo, nos chamam de "macacos" e incompetentes, para criar a nossa própria indústria de base.

X X X

E' tempo, senhores republicanos, de acabarmos com essa bandalheira inominável. Não nos faltam nem dinheiro nacional, nem dólares e nem conhecimentos técnicos para construirmos a nossa própria indústria, que nos dará, em pouco tempo, a almejada independência económica. Falta-nos, APENAS, regimen político que produza bons governos, livres de influências estrangeiras perniciosas, estabelecidas através do eleitoralismo e da partidocracia demagógica, contrárias aos nossos interesses de Nação livre e soberana.

Precisamos, APENAS, de um regimen político que, conforme às nossas TRADIÇÕES e à nossa índole, nos dê ordem e paz social, necessárias ao desenvolvimento do trabalho que constrói e engrandece as nações.

Precisamos do IMPÉRIO que no passado recente — embora imperfeito pelo liberalismo que nele se infiltrou através do Ato Adicional de

1834 — fêz a grandeza do Brasil, que a RÉ pública; a partir de 15 de novembro de 89, destruiu e espezinhou.

Como brasileiros; como patriotas; apelamos para a reserva moral que são as gloriosas Forças Armadas do Brasil, para que se redimam do erro cometido em 89, ENQUANTO É TEMPO, porque as forças internacionais interessadas na destruição do Brasil, estão agindo impunemente dentro de nossa própria casa e, dentro de alguns meses, desfecharão o golpe que acreditam ser o de misericórdia, para o completo e definitivo dominio sobre nós. Aqui estamos A VOSSA DISPOSIÇÃO, para emprendermos, através de um regimen político nosso (e não estrangeiro como a república) o IMPÉRIO ORGÂNICO PATRIANOVISTA, a redenção total do Brasil!

Viva o Brasil eterno e Imperial! Morra brevemente a RÉ que o leva à destruição!

José de OLIVEIRA PINHO

||

## SALVAÇÃO DO BRASIL

- Compadre, na próxima eleição nós vamos salvar o Brasil.
- Como, compadre? Isto aqui não tem mais jeito.
- Nós vamos eleger outro presidente da república, outros governadores, outros senadores, outros deputados, outros prefeitos, outros vereadores!
- Desde que eu era mocinho que se fala disso, compadre!
- Mas desta vez, vai mesmo.
- E os candidatos pra tudo isso? Quem os escolhe? Nós?
- Ué! E' mesmo... Não podemos. São os partidos ou são eles mosmos, os candidatos a candidatos, que se escolhem; não é o povo que os escolhe na democracia, na república. Além disso, nós conhecemos quando muito só o pessoalzinho da nossa vila: o vigário, o professor, a professora, o delegado, o boticário, o tipógrafo e mais alguns...
- Mas, pensando bem, compadre, estou vendo que você é amigo da onça.
- Homessa! por que, compadre?
- Por que? Por que? Está na cara. O presidente da república, que está aí, não nomeou uma porção de gente da família dele, dos amigos dele, dos cabos eleitorais dele, dos eleitores dele, dos amigos da família dele, das famílias e dos amigos dos cabos eleitorais dele, das famílias e dos amigos dos eleitores dele?
- E' verdade, compadre! E todos estão ganhando um dinheirão que daria para fazer maravilhas para a grandeza do Brasil, para educação, para assistência, para financiamento da lavoura, para salvar o milhão de



crianças que morrem no Brasil antes de completarem um ano de vida, para fazer estradas e melhorar os transportes, para melhorar a marinha mercante de cabotagem e de longo curso, para fortalecer a Marinha de Guerra, a Aviação, para melhor aparelhamento do Exército Nacional, para reforçar o policiamento, para as pesquisas científicas, para ajudar a Igreja Católica e todas as suas obras culturais, assistenciais, missionárias e intelectuais que vivem na tanga, etc., etc. . .

— Puxa, compadre! Você já está sonhando com o dinheirão que eles manjam, heim! Mas não fizeram a mesma coisa que o presidente os governadores que estão aí, os senadores que estão aí, os deputados que estão aí, os prefeitos e vereadores que estão aí?

— Quase todos fizeram a mesma coisa e até pior, como dizem os jornais e as estações de rádio.

— Então, como vai ser, se todos eles que já estão cheios saírem para entrarem outros que chegarão vazios? Não disse que você é amigo da onça?

— Huuum! Parece que o negócio ainda ficará pior, não?

— Bem! Depende. . .

— Mas a lei exige novas eleições, mudanças, novidades. . . Muitos desses tais que estão aí não ficaram ricos à nossa custa, à custa do povo?

— Ficaram. Aumentaram impostos, fizeram negociatas, arranjaram privilégios de todo jeito, favoreceram parentes indignos, receberam gorjetas para fazerem certas leis e posturas, deram facilidades a empresários estrangeiros em prejuízo de nacionais, usaram "sumoquizações" escandalosas como disse o senador Moura, etc., etc.

— Tudo isso, infelizmente, é verdade.

— E os novos que vierem irão confiscar todo o produto dessas trapaças?

— Acho que não! Talvez planejem até repetir a mesma coisa.

— Os novos que vierem irão "desnomear" todos os funcionários encostados, vagabundos, vadios, incompetentes e que atendem a gente com raiva?

— Acho que não! Dizem que não pode por causa dos republicanos "direitos adquiridos". . .

— Os novos que vierem vão destruir todos os privilégios republicanos concedidos de mil maneiras?

— Acho que não!

— Os novos que vierem vão desfazer todas as injustiças cometidas pelos que aí estão?

— Acho que não!

— Então não adianta nada haver novas eleições, se tudo TEM de SER igualzinho ao que está, ainda com os gastos imensos e encarecimento de tudo, como sempre acontece depois das eleições.

— Agora compreendi tudo, compadre, e vejo que você tem razão ao me chamar de amigo da onça. Com efeito, não adianta nada mudar

os homens, pois o regime e, por isso mesmo, os costumes continuarão os mesmos. A república é uma casa da sogra, ou uma empresa da sogra, dirigida por gerentes interesseiros e ladrões por necessidade, irresponsáveis, que não se importam com o bem da empresa, PORQUE A EMPRESA NÃO É DEFINITIVAMENTE DELES, a empresa não está ligada à sorte deles, à vida deles, à glória deles, à honra deles, ao futuro deles, aos filhos deles. Quem sabe se uma DITADURA . . .

— Qual ditadura, qual nada, compadre! O poder pessoal do ditador não é independente. Ele está ligado de pés e mãos àqueles cuja força ocasional os elevou. Não tem liberdade para fazer TÓDA A JUSTIÇA. Ele será um demagogo de tipo diferente dos outros. . . democráticos, mas será demagogo no duro. Além disso, acaba sempre em beco sem saída, quer seja Cromwell, ou Pilsudski, ou Stálin, Getúlio Vargas, ou qualquer outro. . .

— Ah! compadre, então é melhor desistir. Estamos perdidos.

— Alto lá, velhinho! Isso não! O Brasil não foi sempre casa da sogra.

— Quando isso?! Desde menino que vejo essa droga da mesma maneira. Não muda. . . quer dizer: só muda para ficar pior.

— Quando isso? Quando tinha Rei de Portugal ou Imperador do Brasil, o verdadeiro DONO DA CASA, o autêntico DONO DA EMPRESA!

— Você quer dizer, compadre, quando o Brasil era MONARQUIA?

— Justamente, compadre!

— Eu nasci na república. . . sempre na mesma desgraça. . . Mas não dizem que isso é coisa atrasada, superada, antiquada. . .

— Os interessados dizem isso. Os malandros dizem isso. Os tarados dizem isso. Os aproveitados dizem isso. Os traidores da Pátria dizem isso. Os politiquinhos dizem isso. Vale como clogio para a Monarquia, pois o insulto dos canalhas é louvar para os bons. O Rei recebe o poder pela mão da natureza, quer dizer pela mão de Deus, e governa pela consciência e pela soberania nata que não procede de papoletas sordidas da demagogia. Ele é INDEPENDENTE e JUSTICEIRO NATO. Não deve a sua posição a ninguém. É como o pai para o filho que não o escolheu, mas o recebeu de Deus mesmo.

— Sabe que essas conversas me estão interessando, compadre? Há alguém que esteja cogitando desse milagre?

— Sim!!!

— É gente importante? Gente que tem força?

— A Causa é que é importante. A Causa é que tem força. Os que se julgam importantes, os megalomaniacos soberbos, por si mesmos afastam Deus da sua obra. Há por aí uns tais PATRIANOVISTAS, que desejam instaurar uma MONARQUIA ORGANICA, baseada na integral tradição brasileira, para RESTAURAR a grandeza do Brasil.

— Creia, compadre: com esta revolução você me prestou um grande serviço; você esclareceu o meu bestunto. Eu andava no escuro pensando

em salvação por meio de bobagens como democracia, eleições contínuas, votos e palhaçadas, que cada vez afastam mais a salvação do Brasil.

— Nunca, em época nenhuma, república, democracia e eleições salvaram nação alguma. Quando Deus quer salvar um povo, geralmente o faz como o fez mandando Joana d'Arc por Carlos VII no trono da França ou encaminhando o angélico Nuno Álvares Pereira a exaltar para Rei o Mestre de Avis, Dom João I. Tudo mais é conversa diabólica.

— Então, compadre, "cesse tudo que a Musa antiga canta"! Venha a MONARQUIA ORGÂNICA, nem que seja a paulada!

VIVA A MONARQUIA! VIVA O NOVO IMPERADOR!

Nuno CABRAL

|||

### DESAFIO À CORAGEM E GENEROSIDADE DOS BRASILEIROS

Os tais governos dos estados "democráticos" emergidos da última guerra mostram-se incapazes como condutores ou orientadores da humanidade saída da tormenta.

Está faltando um Estado verdadeiramente líder do Mundo Novo. Poderá sê-lo o IMPÉRIO BRASILEIRO, comandando a Nação-Síntese cristã, católica, humana, ecumênica, que é natural e tradicionalmente o Brasil.

Todos os outros estados fracassaram por incompreensão, egoísmo ou idiosincrasias inumanas, e arrastam o mundo ao caos. Carecem de espírito, de desinterêsse, de plasticidade rática, de coração, de caridade.

Poderemos ocupar em breve o lugar vago. Este é um desafio lançado por PÁTRIA-NOVA aos Brasileiros.

### CADERNINHOS PATRIANOVISTAS

A inflação — José de Oliveira Pinho

O câmbio — José de Oliveira Pinho

A Monarquia e a paz social — Miguel Estefno Neto

PASCHOAL DECRESCENZO



**SABER PARA PREVER**  
**AFIM DE PROVER**



*São José do Rio Preto*

JULHO — 1955

---

---

Ao Exmo. Snr. Comendador

Dr. Artindo Veiga dos Santos

Homenagem do Autor

---

---

## Exórdio

---

Solicitado a prefaciar o trabalho do meu dileto amigo Paschoal Decrescenzo, não encontro, confesso, na parte doutrinária, nada que colidisse com o arcabouço de nossa ORGANIA PATRIANOVISTA.

Achei, também, muito interessantes e explicativas as perguntas e respostas que definem a constituição de estado.

O trabalho é primário e para os primários da política. É didático. É preciso e conciso.

Esta é a minha obscura opinião que se alça a um caloroso lóuvor aquele batalhador da nossa Velha Guarda, mestra que é da Nova Geração de Patrianovistas.

PROF. JERONIMO RICARDO DE MATTOS  
2.º Sub-Secretario Geral  
da A. I. P. B.

libro 3

### Que é Nação ?

Nação palavra originada do latim "nasci" nascer, é o agrupamento humano procedente da mesma origem, ocupando o mesmo território falando a mesma lingua, tendo a mesma cultura e instituição fundamentais.

### Que é Raça ?

Raça uma divisão do genero humano, é o conjunto de individuos e familias procedentes da mesma origem.

### Que é Estado ?

Estado é a organização publica decorrente da vida social e politica da nação e na qual se concentram, para a execução da Lei e a defesa comum, os poderes e direitos inherentes a autoridade.

### Que é Lei ?

Lei é a obrigação moral que nos foi imposta por Deus para o aperfeiçoamento do genero humano.

Quantas espécies de  
Leis existem ?

Três : Lei eterna, Lei natural e Lei positiva.

Que é Lei eterna ?

Lei eterna é aquela que rege tôdas as causas creadas, tanto no plano da natureza como fora dêla.

Que é Lei natural ?

Lei natural é aquela que rege especialmente o plano da natureza abrangendo a Lei moral gravada por Deus na consciência de cada homem.

Que é a Lei positiva ?

Lei positiva é a lei moral e aplicada às condições peculiares de cada sociedade, para garantir a harmonia, a ordem e a cooperação sociaes.

Quem formulou a Lei ?

Deus, creador e soberano de todas as cousas.

Quem escreveu a Lei positiva ?

Os legisladores

Quem aplica as leis ?

Os juizes, os magistrados, os estadistas.

É justa a Lei positiva que  
está em desacôrdo com a Lei moral ?

Não.

Porquê ?

Porquê o legislador humano não tem poder para alterar uma ordem imposta por Deus, autor da lei moral.

Como deve ser elaborada  
a Lei positiva ?

A lei positiva deve ser elaborada pelos legisladores, de acôrdo com os ditames da lei divina, atendendo-se às circumstancias de tempo e lugar, ditadas pela experiencia, nos limites da razão.

Que acontece quando a Lei  
positiva se afasta da moral ?

A lei positiva, quando se afasta da moral, perde o seu carater divino para se tornar mero instrumento de opressão. Desrespeitada por governantes e governados, a Lei degenerada gera o desprestigio do Direito e estabelece a anarquia na sociedade.

Que é Justiça ?

Justiça é a applicação rigorosa da Lei segundo a moral e não os interesses dos homens.

### Que é Sociedade?

Sociedade é o conjunto de indivíduos reunidos *naturalmente* para a cooperação mútua em busca de um fim que não poderia sêr conseguido pelo simples esforço individual.

Qual o fim procurado pelos indivíduos reunidos em sociedade?

É o aperfeiçoamento progressivo do ser humano, tanto espiritual e moral como material.

Póde uma sociedade subsistir sem ordem?

Não. Sem ordem, sem harmonia e sem hierarquia entre os indivíduos a sociedade degenera em confusão e anarquia.

Que é anarquia?

Anarquia, do grego "ana" não "archê" govêrno, quer dizer: sem govêrno; não há govêrno.

Que é que garante a ordem na sociedade?

É o respeito que todos devem á lei, sem distincão alguma de classe ou categoria.

Que é Poder?

Poder é a força moral e material que tem um govêrno legítimo para garantir a execução da lei e para assegurar a ordem e a defesa nacional.

Que é soberania?

Soberania é o exercicio legítimo do Poder.

Que é Povo?

Povo é o conjunto indistinto de indivíduos pertencentes ou não a mesma raça, habitam o mesmo país e sujeitos as mesmas leis e costumes.

Que é Nacionalidade?

É o laço natural que une os indivíduos das mesmas origens historicas e integrados na mesma Nação.

Quantas espécies de Estado existem?

Três puras e três degeneradas.

Quais são as espécies puras de Estado?

Estas são, o Estado Monárquico, o Estado Aristocrático e o Estado Democrático.

Quais são as espécies degeneradas de Estado?

A Despotica, a Oligarquia e a Demagógica.

Que é Estado Monárquico?

Estado Monárquico, do grego *monos* - um e *archê* - govêrno, é aquele no qual o poder ou soberania está concentrado n'um só homem educado para o officio de governar, membro da família histórica mais eminente esse homem é o monarca e sua família simbolo da Família Nacional isto é a Dinastia.



### Que é Dinastia?

Dinastia do grego *dijnas* - energia, é uma classe de monarcas pertencentes a uma estirpe ou linhagem de Príncipes.

### Quantas modalidades de formas de governos existem?

Duas.

### Quaes são?

Monarquia e Republica.

A Monarquia pode ser absoluta, constitucional ou representativa.

Monarquia absoluta é aquela em que o poder do chefe de Estado não é limitado por outros poderes publicos, isto é sem Conselhos, Camaras, Representações ou Judiciárias.

Monarquia constitucional ou representativa é aquela em que o poder do chefe de Estado participa do poder em conjunto com outros poderes publicos.

### Quantos poderes publicos existem?

Três

### Quaes são?

O Executivo, Legislativo e o Judiciário.

### Quem exerce esses poderes?

O Executivo, é exercido pelo chefe da Nação.

O Legislativo, é exercido pelo Congresso Nacional.

O Judiciário, é exercido pelo Supremo Tribunal.

### Que é Republica?

República é o governo do povo por intermedio de um ou mais representantes eleitos pelo mesmo povo e por tempo determinado.

A Republica pode ser aristocratica ou democratica.

Republica Aristocratica (ou oligarquica) é aquela em que somente certas classes privilegiadas participam do poder.

Republica Democratica é aquela em que todos os cidadãos, sem distincção de classe, podem participar do governo. A Republica pode ser ditatorial e o seu chefe, o ditador, que poderá ser civil ou militar, detem o governo é sem tempo determinado e sem embargos de outros poderes.

### Que é Estado Aristocratico?

Estado Aristocratico, vem do grego «*aristo*» melhor e «*Krates*» governo, ou governo dos melhores, é aquele no qual o poder é entregue a um grupo de individuos considerados como a melhor parte do povo, ou seja a aristocracia.

### Que é Estado Democrático?

Estado Democratico, vem do grego «*demos*» povo, e «*Krates*» governo, quer dizer, governo do povo; é a organização politica na qual a lei não provem de Deus; mais da vontade do povo, devendo, portanto, a direção do Estado ser

entregue ao grupo partidário em maioria. E o Estado agnostico, sem Deus, utópico por excellencia. Segundo Aristoteles, nas verdadeiras democracias, (não há verdadeiras; todas são falsas!) devem predominar as classes pobres, da qual é sempre formada a maioria dos povos.

A Democracia é possível na pratica?

Não.

Porque?

Porque a direção do Estado não pode ser entregue ao mesmo tempo a todo o povo. Logo, tem de ser entregue a u'a minoria, fato que não corresponde a definição teórica de Aristoteles.

Que é Democracia?

Democracia do grego «dêmo» povo, «krates» governo, é a ordem social em que o povo, isto é, exerce a soberania, as classes populares.

Quais as formas degeneradas de Estado?

A Monarquia degenera em Despotismo.  
A Aristocracia degenera em Oligarquia.  
A Democracia degenera em Demagogia.

Que é Oligarquia?

Oligarquia é o Estado politico em que o poder está nas mãos de algumas familias ou grupos poderosos.

Que é Demagogia?

É o Estado politico em que o povo se

acha abandonado às facções que exploram e agitam paixões coletivas.

Que é um Déspota?

Déspota é o soberano legitimo que, desligando-se da lei moral que lhe foi imposta por Deus, arroga direitos absolutos sobre os súditos, confiscando-lhes todas as liberdades com auxilio da força pública.

De onde vem o poder do soberano?

O poder do soberano (leal) vem de procedencia divina. E divino remotamente, isto é tem a origem na Providencia, e, conforme as leis da natureza, e confirmado pela evolução historica do seu povo.

E nas Repúblicas?

Nas Repúblicas o poder é suposto subir diretamente do povo pela vontade das majorias e não vindo de Deus. Daí se conhece que nas repúblicas o governante é responsavel perante o povo e não perante Deus, que assim é excluido do governo dos homens.

Qual é o resultado desse afastamento de Deus, do governo dos homens?

Resultado: A degeneração moral generalizada, o desfiguramento da lei e a apressão exercida sobre os povos pelos governos desligados da Lei Moral. A concepção materialista do-universo, o esquecimento dos preceitos da Lei Divina arrastaram o mundo atual a uma situação de revolta jamais vista em tempos anteriores.

Qual o melhor meio de evitar uma República degenerada e desligada da Lei Moral?

É recorreremos a Patria-Nova!...

Que é Patria-Nova?

É uma entidade política de cultura social, fundada em São Paulo por um grupo de brasileiros idealistas, em 3 de Maio de 1928, que propaga a instauração monárquica em nosso País, corrigindo os erros, defeitos e as falhas de todas as épocas do Brasil Colonia, Reino, Império e República. Com esses estudos profundos verificaram que o Brasil será uma Patria Nova, com sua nova forma de forma de governo para os dias de progresso material em que vivemos.

Qual é a nova forma de governo prevista?

É a Monarquia Organica e Comparativa.

Como se explica Organica e Comparativa?

É a organização profissional de classes, de trabalho, da Cultura, da igreja e das milicias. Aí teremos a nova monarquia patrianovista organica e corporativa.

Qual é nome dos adeptos de Patria-Nova?

Patrianovista, derivado de Patria-Nova ou

Ação Imperial Patrianovista Brasileira, que é um movimento genuinamente nacionalista e catolica, é representada pelo seu chefe fundador, o Comendador Dr. Arlindo Veiga dos Santos.

O Patrianovismo é um partido?

Não, é uma doutrina de Estado.

Porque?

Porque sendo ele uma Ação, não admitirá a existencia de "partidos" que só dividem o povo brasileiro em grupos de interesses enquanto a Ação, integraliza em uma só a unidade política, filosófica e historica.

Quer dizer então que o Patrianovismo é integralista?

Sendo integralista é legitimista e sendo legitimista, ha de ser nacionalista e sendo nacionalista é porque a nossa tradição historica é toda monárquica.

Então o Patrianovismo quer a Monarquia?

Sim. Sendo um principe o chefe de Estado, este cuidará das cousas publicas porque o Imperador é o principio da unidade nacional, civil, militar e territorial e tambem porque só ele poderá totalizar a nação. Por outro lado, a República com seus múltiplos partidos divide e não integraliza.

### Qual o direito e a vantagem de um príncipe ser aclamado Rei?

Porque os príncipes descendem de família cujo direito dinástico e divino, e porque governa pela vontade de Deus. Desde a sua infância ele entrega-se ao estudo da ciência política, é recebendo uma educação toda especial, aprende desde cedo a arcar com as responsabilidades que lhe pêsam sobre os ombros. Assim, quando chega a ocasião de governar, o Príncipe não será um "fac-totum", dos interesses e apetites dos partidos políticos, como acontece com os presidentes da República.

### Quem é o atual príncipe herdeiro do trono do Brasil?

É o Príncipe D. Pedro Henrique de Bragança, bisneto de Sua Magestade D. Pedro Segundo.

### Será que um Rei ou Imperador terá sabedoria para governar com justiça?

Naturalmente, se o Rei ou Imperador não é produto de eleições, ele governa com imparcialidade. Com os presidentes de República acontece o contrario, uma simples eleição estúpida consagrará um indivíduo que não está preparado para ser um chefe de Estado, sendo, quasi sempre um ignorante da arte de governar.

### Quando é como se dará a instauração do Novo Imperio?

Não se sabe.

### Dar-se-há por um golpe de Estado?

Não. A instauração do Novo Imperio Organico e Corporativo dar-se-á:

1.o, quando a nação tiver uma elite dirigente capaz de restaurar a verdade historica do Brasil-Lusitano; 2.o, Quando forem superados todas forças negativas e anti-nacionais que se apoderaram da nação; 3.o, Quando as fórmulas capitalistas e comunistas (estelões da republica) deixarem de explorar a ignorancia e ingenuidade populares através de eleições fantasmagóricas; 4.o, Quando as forças militares se decidirem a derrubar o sistema utopico, inaplicavel ao Brasil, não congenito com as nossas tradições, isto é, a républica, com toda sua corte de interpretações e desvios: sindicalista, comunista, presidencialista, militarista, parlamentarista, socialista, liberalista, federalista, trabalhista, etc., porque são todas filhas dos mesmos pais: o positivismo é a revolução.

### Quer dizer, então, que é quase impossível essa instauração?

Impossível será se não prepararmos a consciencia nacional para compreende-la, adota-la, respeita-la; impossível será se for imposta por um "golpe militar" sem raízes populares; impossível será se não tivermos um corpo de doutrina consolidado para a sua imediata apli-

cação e impossível será impor-se a ordem com a desordem!

Possível será se preenchermos o tempo com as ações construtivas; se não tivermos a fé que remove montanhas; se não transigirmos com os mercantilistas do Estado; se nos unirmos por um juramento de fidelidade ao chefe; se nos abstrairmos das competições partidárias; se dermos, com o nosso exemplo, amostras de nossa elevação moral, o nosso despreendimento; possível será com a Ajuda de Deus invocada pelas nossas preces.

Quando a nação sentir-se cansada de sofrer as misérias, as consequências de longos anos de experiência republicana, aí chegara o tempo precioso que será o melhor aliado do Patrianovismo... da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (Patria-Nova)



# Bases da Educação

Arlindo VEIGA DOS SANTOS

Chefe Geral Patrianovista

1. No fundo dêsse barulho "dirigido", com relação ao projecto de **Directrizes e Bases da Educação**, está a questão da concepção **humana e cristã** da vida e, especificamente, da educação em face à concepção marxista, socialista, comunista, materialista, aspectos todos êsses que essencialmente são **uma só coisa** e se cobrem do equívoco vocábulo "democrático", capaz de todos os mais disparatados conteúdos.

2. É uma atoarda **dirigida**, tem **donos** suspeitos, perversos, e é **anti-nacional**; pois a Nação é católica. É o Estado que se diz "democrático", ou representa a Nação, ou é intruso, estanque, incommunicável em relação a ela, impondo a filosofia totalitária dêle, Estado intrujão, contra os sentimentos, a concepção, a **mundividência nacional**.

3. "É da máxima importância não errar na educação, como não errar na direcção para o fim último com o qual está conexas íntima e necessariamente tôda a obra da educação. Na verdade, consistindo a educação **essencialmente** (grifos nossos) na formação do homem como êle deve ser e portar-se, nesta vida terrena, em ordem a alcançar o fim sublime para que foi criado, é claro que, assim como não se pode dar verdadeira educação sem que esta seja ordenada para o fim último, assim na ordem actual da Providência, isto é, depois que Deus se nos revelou no Seu Filho Unigênito que é o único "caminho, verdade e vida", não pode dar-se educação adequada e perfeita se não a cristã!" **Divini illius Magistri**, Pío XI).

4. Excusa, pois, dizer que o homem não deve ser educado **para a democracia**, tenha que sentido tiver êsse vocábulo politicamente demagógico, mas para **TODA A VIDA**, actual e futura. Assim pensam pelo menos 99% dos brasileiros, católicos, cristãos em geral e alguns outros.

Aliás, afirma um dos corifeus do **barulho dirigido**: "Em bloco, o substitutivo do projecto de **Directrizes e Bases da Educação Nacional** perfilha uma filosofia da educação, que lhe é imanente, avessa à educação democrática". E, afinal de contas, que se entende por educação "democrática". Trata-se de "uma filosofia oficial não expressa mas imperativa, laicista em sua natureza e laicizante em sua operatividade, no tocante aos assuntos de ensino". Vê no substitutivo contra as idéias falsas na educação "Uma espécie de homenagem a valores básicos à Igreja Católica, dos quais

compartilham a maioria dos brasileiros. No fundo, porém, — diz êle — ocorre uma subversão. O Estado Democrático deixa de consagrar a filosofia da educação **que lhe é própria** (grifos nossos), substituindo-a por outra que lhe é adversa, embora professada, confessionalmente, por quase tôda a Nação" (Florestan Fernandes, "Em defesa da escola pública, II". "O Estado de São Paulo", 6-2-60).

5. Ignoram, todavia, os adeptos da educação **laicista e laicizante** e da sua falsa filosofia o sermos possuidores pelo menos quadricentenários de outra filosofia da educação (a verdadeira) anterior ao Estado liberal e democrático: a filosofia formadora da Nação: começa com as ordens religiosas, e especialmente os jesuítas, que dirigiam "escolas públicas", no século 16. Formava os homens para a Vida Total e não só "para a democracia" que hoje cada qual entende de um jeito, desde o róseo liberal até ao nazista e os rubros bolchevistas e seus demo-populares.

Do resultado da "filosofia democrática do ensino", **laicista e laicizante**, aí estão as imoralidades generalizadas em tôdas as classes e até na adolescência e juventude. Da tradicional, testemunha o liberal Tristão de Alencar Araripe, tratando do Brasil Provincial ou Português, errada e oficialmente denominado "colonial":

— "Tal era a administração civil e criminal da capitania (do Ceará) nos tempos coloniais (sic);

"E ao terminar este capítulo não podemos preterir uma observação. Causa admiração como em tão vasto território e no seio de tão disseminada população, mantinha o governo a ordem social e o policiamento dos povos.

"Só explicamos o fenómeno pelo influxo da religião, a qual actuando eficazmente sobre os indivíduos, diminua a necessidade da continua acção da autoridade civil. Vemos, que hoje (O autor escrevia em meados do século 19) os meios da autoridade são imensamente maiores; e só pela incessante vigilância e coerção dessa mesma autoridade consegue-se a paz social, que nem por isso difere muito da dèsses tempos da nossa prístina administração pública em seus efeitos gerais.

"Se hoje tivéssemos a mesma salutar influência religiosa por via de um sacerdócio moralizado, o governo necessitaria de menos acção repressiva, e teria facilidade de aplicar a outros ramos da felicidade geral tantos esforços empregados no policiamento das localidades. "A MORAL RELIGIOSA SUPRIRIA O EMPRÊÇO DA ACÇÃO FISICA" (História do Ceará, Fortaleza, 1958, 2.ª edição).

Pedagógica e moralmente o Império representava uma decadência em relação ao Brasil Português, pois recebera já êste, desde meados do século 18, a peste desfechada pelo liberal-déspota Marquês de Pombal, de que deriva a filosofia da educação do Estado democrático...

Portanto, "A escola leiga não é, no Brasil, uma aventura a correr. A deliquescência moral, com suas lastimosas repercussões na vida doméstica, profissional e política do país, por todos unânimesmente observada e atestada, aí está a denunciar as conseqüências funestas de uma escola sistematicamente incapaz de formar as consciências para a fidelidade ao dever". (P. Leonel Franca, "Ensino religioso e ensino leigo", Rio, 1931).

6. Estultícia imperdoável é insistir em experiência fracassada. Cumpre afinal aprender, já que se errou. A tal filosofia democrática da educação só tem formado, em todas as classes da sociedade, imorais e play-boys ou teddy-boys como preferem os anglo-falantes.

Não pode a Nação, organismo vivo anterior ao Estado "democrático", permitir continue um perverso sistema a impor-se-lhe contra os seus supremos interesses. O substitutivo está certo. E nisso os deputados cumpriram o seu dever. Certos estamos de que o outro órgão legislativo fará o mesmo. Não se compreende o Estado contra a Nação, a esposar doutrinas abomináveis às suas crenças, à sua filosofia da vida.

7. Mas são uns engraçadinhos esses "democráticos"!

Não fomos nós que inventámos esse governo de "maiorias" que está aí, dotadas da faculdade de criar o bem e o mal com papeletas eleicoeiras. São eles, democratas, os autores das regras do jogo. Se, porém, as ditas os decepcionam, querem estrilar. E estrilam mesmo. Confessam no entanto que somos a **maioria**. Por que reclamam? Por que recorrem à violência contra direitos líquidos?!

Na democracia (dizem) a maioria faz a lei. E querem que o Estado, simples delegação dessa Maioria, faça as leis contra os sentimentos, os pensamentos, a filosofia, a concepção dela. E, pior ainda, exigem que esse Estado, como se fora um ser subsistente por si só, sem dar satisfação àquela de que é mero procurador, lhe **imponha**, como o fez de 1889 a 1930, a sua filosofia da educação, a sua filosofia da vida, o seu totalitarismo, dêle Estado "Democrático", o seu absolutismo pedagógico, a despeito do tamanho gasto da palavra liberdade.

Pura tirania, puro estatismo, pura atitude maçônica, marxista, fascista, nazista, socialista ou comunista, pois são todos esses, com a sua "democracia", farinha do mesmo saco.

8. Iludem, apesar disso, a mocidade, generosa sempre, as mais das vezes ingênua, mas também hoje (excluídas as raras exceções), interessada em proventos imediatos — mal do ambiente nímio materializado, — subcultura, inculta e ignorante dos grandes problemas fundamentais. Dadas essas circunstâncias e outras mais convergentes, seria até possível, mercê da atmosfera pre-eleitoral da campanha "dirigida" do Escuro interessado, voltassem atrás os legisladores sem carácter, sem fibra e demagógicos... contra os verdadeiros interesses nacionais, tanto mais quanto os donos da matinação acenam para uma gratuidade do ensino que aliás se não confunde **necessariamente** com absolutismo pedagógico estatal. Escola pública é uma coisa... e não está em questão. Absolutismo escolar do Estado é outra. E calamitosa!

Bem sabem disso... e doutras coisas os donos da campanha.

E também nós sabemos...

Para nós são segredos de polichinelo.

Derrotados na França idênticos "donos" de lá, repete-os a macacada "democrática" do Brasil.

Cuidado, senhores macacos! Já não são possíveis, cá no Brasil, as velhas tiranias hipócritas. Estão mudando os tempos.



**CADERNINHOS PATRIANOVISTAS**

**A inflação** — José de Oliveira Pinho

**O câmbio** — José de Oliveira Pinho

**A Monarquia e a paz social** — Miguel Estefno Neto

**Aqui estamos para a redenção** — José de Oliveira Pinho e  
Nuno Cabral

---

**LEIA**

**Filosofia Política de Sto. Tomás de Aquino**

de **A. VEIGA DOS SANTOS**

Nas Livrarias

---

**Pátria-Nova**

S. Paulo — C. P. 1304

1 9 6 0